

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.526 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2002

## Reforma do Judiciário recebe 193 emendas

Proposta de reforma do Poder Judiciário, que seria votada amanhã, já recebeu 193 emendas em Plenário.

Com isso, a matéria voltará ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PÁGINA 2

## Loterias podem financiar ações da defesa civil

Comissão de Educação aprova destinação de recursos das loterias federais para cobrir despesas da defesa civil em caso de desastres climáticos.

PÁGINA 12

# Conselho de Comunicação é instalado e inicia trabalho hoje

Primeira tarefa deve ser a elaboração do regimento interno do órgão, que terá a missão de auxiliar o Legislativo em temas como a liberdade de expressão e a programação de rádio e TV



José Paulo Cavalcanti, primeiro presidente do conselho, recebe cumprimentos de Ramez Tebet e Ricardo Santos

Genaldio Magela

O presidente do Senado, Ramez Tebet, instalou ontem o Conselho de Comunicação Social, com a missão de auxiliar o Legislativo na abordagem de questões como a liberdade de expressão e a programação de rádio e TV. “Esse órgão vai contribuir para que a programação dos veículos de comunicação represente o desejo da sociedade”, previu o senador. Ontem mesmo foram eleitos o presidente e o vice do conselho, que hoje realiza a primeira reunião de trabalho, iniciando a definição de seu regimento interno.

PÁGINA 5

## Malan diz a senadores que mudança nos fundos protege pequeno investidor

PÁGINAS 6 E 7



Em audiência na CAE, Malan comentou a inquietação dos mercados e defendeu a atuação do Banco Central

Célio Azevedo



Rosevelt Pinheiro

Vários senadores elogiam a aprovação, pelo Plenário, do projeto criando a profissão de agente comunitário de saúde

## Agente comunitário de saúde passa a ter profissão

O Plenário aprovou ontem projeto que cria a profissão de agente comunitário de saúde. A decisão foi saudada por diversos senadores, que assinalaram a importância dessa atividade, em especial nas regiões mais isoladas.

A matéria vai à sanção presidencial.

PÁGINA 3

## Impasse sobre salário mínimo para 2003 tranca votação da LDO

PÁGINA 4

# Reforma do Judiciário recebe emendas

Proposta em discussão no Plenário que visa tornar mais rápida a ação da Justiça no país voltará à CCJ, para análise das sugestões de mudanças que foram apresentadas

Os senadores já apresentaram 193 emendas em Plenário à proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma o Judiciário brasileiro. Relator da matéria, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a definiu como uma tentativa aberta e histórica de colocar o Judiciário em condições de solucionar definitivamente os litígios que lhe chegam.

Na versão que a proposta oriunda da Câmara ganhou no Senado, a primeira mudança garante a todos que dependem do Judiciário, como direito subjetivo, a razoável duração do processo, assim como a rapidez de sua tramitação. Emenda do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), aceita por Bernardo Cabral, acaba com a fixação de prazos processuais diferenciados para as partes.

O texto dispõe ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá, após reiteradas decisões sobre a matéria, aprovar súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Judiciário e da administração pública.

A súmula terá por objetivo fixar uma interpretação para normas acerca das quais haja controvérsia que acarrete grave insegurança jurídica e multiplicação de processos sobre questão idêntica.

Em emenda apresentada em Plenário, o senador José Fogaça (PPS-RS) propõe substituir a súmula de efeito vinculante pela súmula impeditiva de recurso. A emenda de Fogaça estabelece que o STF poderá aprovar, após reiteradas decisões sobre a matéria, determinada súmula e declarar que seu enunciado impede quem quer que seja de apelar contra decisão judicial que a houver aplicado.

Transcorrido o terceiro dia de sua discussão em primeiro turno, a reforma do Judiciário deveria ser votada amanhã, mas as emendas de Plenário obrigarão seu retorno à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC tramita em conjunto com outras 17 propostas, consideradas prejudicadas pelo relator Bernardo Cabral.



Célio Azevedo

Cabral define a PEC como tentativa histórica de dar ao Judiciário condições para solucionar definitivamente os litígios

## Plenário vai homenagear a memória de Henrique Santillo

Homenagem à memória do ex-senador Henrique Santillo foi proposta ontem pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que teve seu requerimento subscrito pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lindberg Cury (PFL-DF). Após manter contato telefônico com o médico que cuidava de Santillo no Hospital Evangélico, de Anápolis (GO), o parlamentar do Tocantins comunicou ao Plenário o falecimento do político goiano, que foi ministro da Saúde, senador, governador, prefeito de Anápolis, deputado federal e estadual, e ocupava a presidência do Tribunal de Contas de Goiás.

— Henrique Santillo fez parte da luta pela criação do estado do Tocantins e é um dos mais importantes personagens da história de Goiás. Seria muito difícil registrar em Plenário o que a sua morte representa para a cidade de Anápolis e para todo o povo goiano — comentou Eduardo Siqueira Campos.

Natural de Anápolis (GO), o senador Lindberg Cury registrou que conviveu durante 50 anos com Santillo. Ele destacou que o político goiano teve uma carreira brilhante, iniciada na Câmara de Vereadores daquela cidade. “Santillo ocupou todos os princi-



Santillo, falecido ontem, foi senador, deputado, prefeito de Anápolis e ministro da Saúde

pais cargos políticos do país”, disse o senador pelo Distrito Federal. Suplicy também homenageou o ex-senador, que pertenceu aos quadros do PT nos anos 80, mas antes integrara o chamado grupo autêntico do PMDB.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, associou-se à homenagem, lembrando que, quando presidia a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), conheceu Santillo, então governador de Goiás. “Eu o admirava pela sua presteza, dedicação e pela combatividade na busca da defesa dos interesses do seu estado”, declarou. Em nome do PDT, o senador Álvaro Dias (PR) também homenageou Santillo.

## Senadores aprovam pesar pela morte de Carlito Maia

O Plenário aprovou a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do publicitário Carlito Maia. Ele faleceu no último sábado, em São Paulo, onde se achava internado, no Hospital Sírio Libanês, desde o início de junho.

O requerimento de pesar pela morte de Carlito Maia foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em nome das bancadas do PT e do Bloco Oposição. Ao justificar seu pedido, o se-



O publicitário Carlito Maia foi um dos fundadores do PT

nador por São Paulo lembrou que foi o publicitário quem denominou de Jovem Guarda o movimento musical liderado por Roberto Carlos.

— Carlito foi um dos fundadores do PT e criador de *slogans* que ajudaram a difundir o partido em meados dos anos 80. “Lula-Lá”, “oPTei” e “Sem medo de ser feliz”, temas da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 1989, são de sua autoria — disse Suplicy.



### AGENDA

QUARTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

12h — Reunião com líderes partidários e membros da Mesa  
14h30 — Recebe o deputado Vivaldo Barbosa, acompanhado de deputados e senadores da Frente Parlamentar Nacionalista  
15h — Recebe Vital Severino Neto, presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária  
19h — Participa do lançamento do CD *Hinos do Brasil*, do Coral do Senado. *Salão Negro do Senado Federal*

#### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PLS nº 16/01, que dispõe sobre a concessão, preferencialmente à mulher, de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União; PLC nº 52/02, dá a denominação de Aeroporto de Petrolina — Senador Nilo Coelho ao aeroporto da cidade de Petrolina (PE); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/01, estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 20, de 2000; e 15/01), introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/02, permite o voto dos presos; PDL nº 219/01, anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul a Alberto Fujimori; e Requerimento nº 374/02, do senador Waldeck Ornélas, solicitando que sobre o PLS nº 273/01 seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos.

#### COMISSÕES

14h — Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

14h30 — Comissão mista destinada a examinar a MP nº 2.218/01, dispõe sobre a remuneração dos policiais militares e bombeiros do Distrito Federal.  
Pauta: discussão da matéria. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Após a ordem do dia — Comissão de Fiscalização e Controle

#### ESPECIAL

15h30 — Subsecretaria de Anais, juntamente com o Prodasen, faz demonstração da página dos Anais na Internet. *Café dos Senadores*

#### PREVISÃO

##### PLENÁRIO

Quinta-feira  
10h — Sessão deliberativa ordinária

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Banco Central vai explicar efeitos da política monetária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoverá audiências públicas com o presidente do Banco Central (BC) para que ele esclareça os efeitos da política monetária, podendo também fazer reuniões extraordinárias com membros do Conselho Monetário Nacional, a fim de obter as mesmas informações.

A decisão foi tomada ontem pelo Plenário, que aprovou substitutivo de Romero Jucá (PSDB-RR) a projeto de Paulo Hartung (PSB-ES). A matéria ainda voltará ao Plenário para ser votada em turno suplementar.

De acordo com o projeto, a CAE promoverá audiência com o presidente do BC para atender o que determina a Lei Complementar 101/00. Essa lei estabelece que, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o BC apresentará avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

## Tebet faz reunião com líderes e membros da Mesa

Durante a sessão de ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, convidou os integrantes da Mesa e os líderes dos partidos com representação na Casa para uma reunião na residência oficial da Presidência, às 12h de hoje. Durante o encontro, segundo o presidente, serão tratados "diversos assuntos de interesse do Senado", entre eles a pauta de matérias a serem votadas no segundo semestre.

## Autorizadas quatro rádios comunitárias

Quatro associações receberam autorização do Plenário ontem para explorar serviços de radiodifusão comunitária: Associação de Comunicação dos Amigos de Satiro Dias (BA); Rádio Comunitária Transamazônica, de Porto Velho (RO); Associação Comunitária Novos Caminhos, de Iracema (CE); e Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde, de Jacanga (SP).

Por meio de três outros projetos de decreto legislativo, os senadores autorizaram a outorga de permissão para exploração de rádios em frequência modulada às emissoras Colúmbia FM, de Iporã (PR); Serrana, de Jacobina (BA); e Serrana, de Cachoeira (BA).

# Agente comunitário de saúde passa a ter profissão reconhecida por lei

Projeto acolhido pelo Plenário do Senado vai à sanção presidencial. Ramez Tebet saúda aprovação, observando que no interior se conhece a importância dessa atividade

O Senado aprovou ontem projeto do Executivo criando a profissão de agente comunitário de saúde. O presidente da Casa, Ramez Tebet, louvou a iniciativa, dizendo que quem vem do interior sabe a importância desse profissional junto às comunidades distantes dos grandes centros urbanos. O projeto vai agora à sanção.

Ao destacar a importância da medida, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que o projeto foi apresentado ainda na administra-

ção de Adib Jatene no Ministério da Saúde, sendo uma iniciativa do Partido dos Trabalhadores.

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), também se manifestou favoravelmente ao projeto, salientando a importância social. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) felicitou o Plenário pela aprovação, dizendo estranhar, no entanto, a dificuldade de tramitação enfrentada pelo projeto, em decorrência da "intransigência da bancada governista".



Tião Viana elogiou iniciativa de criar profissão de agente comunitário de saúde

## Aprovados novos planos de carreira no serviço público

Mediante requerimentos de urgência, o Senado aprovou ontem projetos de iniciativa do governo dispostos sobre a estruturação de algumas carreiras do poder público. Indicado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) apresentou em Plenário parecer favorável a todos os projetos. Aprovados, eles agora vão à sanção presidencial.

Foram aprovados projetos dispostos sobre a complementação de aposentadorias de ferroviários da Rede Ferroviária Federal; sobre a remuneração dos integrantes das carreiras de diplomata, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria; sobre a estruturação da carreira da seguridade social e do trabalho; sobre a criação da gratificação de desempenho de atividade técnica de fiscalização agropecuária; sobre a remuneração dos cargos das instituições federais de ensino; sobre o quadro de pessoal da Advocacia Geral da União (AGU); e sobre a gratificação de desempenho de atividade de apoio técnico-administrativo na AGU. Foi criada ainda a Procuradoria Geral Federal, com o cargo de procurador-geral federal.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que, com esses projetos, o presidente da República tem atendido reivindicações antigas dos servidores. Mas afirmou que há mais de dez anos existe uma luta pela criação da carreira de apoio da Polícia Federal, projeto que se encontra no Ministério do Planejamento. Ele pediu que a matéria seja logo enviada ao Congresso.

Na mesma sessão, foi registrado o veto presidencial a projeto de lei da Câmara que estendeu a complementação de aposentadoria a todos os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos integrados ou admitidos nos seus quadros até 31 de dezembro de 1976, independentemente do regime jurídico de admissão. Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Emilia Fernandes (PT-RS) protestaram contra o veto e pediram ao Congresso que o derrube.

## Muda regra para formação de técnico em radiologia



Sartori disse que a alteração atende os paradigmas atuais da educação profissional

A formação de técnicos em radiologia terá novas regras. Foi aprovado ontem projeto de lei da Câmara dos Deputados que elimina a obrigatoriedade de três anos de formação em escola técnica para os profissionais dessa área.

A legislação atual impõe a condição de três anos em escola técnica para a concessão do registro profissional, o que, de acordo com o relator, senador Chico Sartori (PSDB-RO), contraria os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A LDB determina que a organização curricular deve propiciar competências profissionais por meio de horas/aula e trabalhos práticos e não por componentes curriculares preestabelecidos e anos de escolaridade fixos.

— A alteração proposta se coaduna com os paradigmas atuais da educação profissional no que tange à duração do curso de formação profissional de técnico em radiologia — comentou o senador.

A proposta vai agora à sanção presidencial.

## Iniciada discussão do direito de voto para presidiário

As eleições poderão contar com os votos da população carcerária. É o que estabelece a proposta de emenda à Constituição (PEC) que teve seu primeiro dia de discussão, em primeiro turno, ontem, em Plenário.

Apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a PEC revoga o inciso constitucional que suspende os direitos políticos nos casos de condenação criminal transitada em julgado e inclui entre os inelegíveis os condenados por crime com sentença transitada em julgado, enquanto durarem os seus efeitos.

Segundo afirmou o relator da matéria, senador Roberto Freire (PPS-PE), na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em que a PEC foi inicialmente aprovada, a proposta "amplia os direitos da cidadania".

## Numeração das obras artísticas será obrigatória

Os exemplares de obras artísticas, científicas ou literárias colocados à venda deverão conter numeração ordinal crescente e a assinatura do autor. A decisão foi tomada ontem pelo Senado, mediante a aprovação de projeto de lei oriundo da Câmara que agora vai à sanção presidencial.

A iniciativa foi aprovada para atender a autores, intérpretes de

música e escritores. Eles se sentem muitas vezes enganados por editoras e gravadoras, que lhes pagam valor menor do que o efetivamente comercializado.

Autora do projeto, a deputada Tânia Soares (PCdoB-SE) disse que as empresas idôneas, que respeitam os direitos autorais e os pagam de modo correto, são a exceção e não a regra.

## Proposta combate a pirataria

A aprovação do projeto de lei que obriga os produtores e editores de obras literárias e fonográficas a numerarem sequencialmente os exemplares de livros e CDs é uma antiga aspiração do meio literário e artístico brasileiro. A Academia Brasileira de Letras (ABL) e a União Brasileira de Escritores (UBes) foram as primeiras entidades a cobrar uma legislação similar no país, ainda nos anos 80. No caso dos escritores, a preocupação é com o controle sobre o número de exemplares editados de cada obra, que hoje fica a cargo apenas das editoras, não tendo os escritores nenhum mecanismo de averiguação. No caso do mercado fonográfico, além da questão da quantidade de obras produzidas, o projeto de lei também vai ajudar no combate à pirataria, que hoje responde por 50% dos CDs vendidos no país. A obrigação da numeração tornará mais fácil a distinção entre os CDs originais e os falsificados. De acordo com a Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos (APDIF), o prejuízo com a pirataria para o setor musical brasileiro foi de R\$ 705 milhões em 2001.

# Prossegue tentativa de acordo para votar LDO

Diante da falta de entendimento entre governo e oposições, PT, PDT e PCdoB continuaram obstruindo trabalhos da Comissão Mista de Orçamento. Uma das exigências é o aumento do salário mínimo em 20%, no próximo ano

Depois de duas horas de reuniões na tarde de ontem, governo e oposições não chegaram a um acordo sobre o aumento do salário mínimo para 2003, e com isso PT, PDT e PCdoB continuaram obstruindo os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento, impedindo a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano.

Nova tentativa de acordo será feita hoje por líderes partidários, após o jogo da Seleção Brasileira de Futebol. Enquanto a LDO não for votada, deputados e senadores não podem entrar em recesso no mês de julho.

Na reunião, o governo aceitou uma das quatro principais exigências das oposições para votar a LDO, permitindo que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aumente de 20% para



Durante reunião de lideranças, ontem, governo aceitou elevar aplicações do BNDES, com recursos do FAT, em pequenas e médias empresas

30% as aplicações de dinheiro oriundo do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT) em pequenas e médias empresas. O governo, entretanto, recusou-se a incluir na LDO um artigo prevendo que o salário mínimo terá aumento de 20% em abril de 2003 – passando dos atuais R\$ 200

para R\$ 240. Só o PSDB e a liderança do governo não aceitam incluir os 20% na LDO, segundo o líder do PT na Comissão de Orçamento, deputado Jorge Bittar (PT-RJ).

O líder do governo na comissão, deputado Ricardo Barros (PPB-PR), repetiu a argumentação dos

últimos dias da equipe econômica: não há como retirar R\$ 8,6 bilhões do orçamento para bancar as despesas da Previdência com o novo valor do salário mínimo. “É melhor definir o novo mínimo após as eleições de outubro, durante a votação do projeto orçamentário propriamente dito”, insistiu Ricardo Barros.

## VERBA PARA SAÚDE

Uma terceira exigência das oposições, não aceita pelo governo, daria à Saúde pelo menos R\$ 1 bilhão a mais no ano que vem – o setor está recebendo neste ano cerca de R\$ 21 bilhões. Emenda constitucional define que as verbas para a Saúde terão o mesmo crescimento da economia, mas há uma divergência de interpretação sobre como deve ser feito o cálculo.

Também não foi aceita uma quarta exigência das oposições, para

garantir que o funcionalismo federal terá reajuste salarial no mesmo percentual do crescimento da receita do ano anterior. O PDT estabelece ainda, como condição para desobstruir a votação da LDO, que a Câmara vote uma medida provisória que altera o plano de carreira dos técnicos e auditores da Receita Federal.

Durante a reunião, o relator do projeto, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), aceitou incluir uma errata em seu parecer elevando o superávit primário do setor público de 2003 de 3,5% para 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB). O ministro da Fazenda, Pedro Malan, havia anunciado o aumento do superávit há poucos dias para mostrar ao mercado que o governo está disposto a manter sua política fiscal e, com isso, reduzir as incertezas dos investidores em títulos públicos.

## Plenário aprova tratado com os Estados Unidos

O Senado aprovou ontem o texto do acordo entre Brasil e Estados Unidos relativo à defesa da livre concorrência. Para o relator da proposta, senador José Agripino (PFL-RN), o acordo contribui para a melhoria da imagem do país na área da defesa da concorrência.

– O texto possibilita às autoridades brasileiras acesso a informações sobre investigações conduzidas pelos Estados Unidos e que afetam os interesses nacionais – disse o senador.

O texto foi aprovado com voto contrário da bancada do PT. O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou voto em separado em que defende a rejeição ao acordo, como resposta à atitude do governo norte-americano de impor barreiras ao aço produzido no Brasil e adotar medidas de caráter protecionista.

– Se é o próprio governo norte-americano, ao promover práticas anticompetitivas, que adota medidas impeditivas do livre comércio, não há por que sustentar o presente acordo – afirmou Tião Viana.

O Plenário também aprovou acordo firmado entre o Brasil e a Costa Rica que permite aos dependentes de pessoal diplomático em serviço em ambos os países exercerem atividade remunerada.

## Comissão de Valores Mobiliários e Cade terão novos presidentes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou os nomes dos novos presidentes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Luís Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro; do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), João Grandino Rodas, que está sendo reconduzido ao cargo; e dos presidentes e membros das agências de desenvolvimento do Nordeste (Adene) e da Amazônia (ADA), que substituem as extintas Sudene e Sudam. As indicações serão apreciadas pelo Plenário.

Os presidentes da CVM e do Cade foram aprovados por 18 votos favoráveis. O presidente e os mem-

brs da ADA tiveram 15 votos a favor, um em branco e um contrário, e o presidente e os membros da Adene tiveram 15 votos a favor e um em branco. Foram ainda aprovados para o Cade Fernando Marques, Cleveland Teixeira e Thompson Andrade.

São os seguintes os membros da Agência de Desenvolvimento da Amazônia: Teresa Lusía Cativo, diretora-geral, e Onildo Elias Lima, Samir Hatem e Pedro Vieira, diretores. Para a Agência de Desenvolvimento do Nordeste, foram aprovados os nomes de Evandro Avelar, diretor-geral, e Manoel Farias, Paulo Roberto de Mendonça e Ricardo de Medeiros, diretores.

## Alcântara critica estrutura do conselho

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), criticou o fato de todos os integrantes do Cade serem paulistas, ao encerrar a sessão da comissão que aprovou os nomes dos novos presidentes do Cade, da CVM e das novas agências regionais de desenvolvimento.

– Reconheço competência em todos, mas há uma concentração de nomes de um só estado, e isso é muito ruim. É preciso arejar, acabar com o latifúndio paulista – disse Lúcio Alcântara.

O senador também criticou a lentidão do Cade em tomar decisões em pendências que afetam empresas. Segundo ele, o órgão do Ministério da Justiça não tem o “tempo econômico” adequado e, às vezes, demora vários anos para decidir, o que tem criado insegurança econômica e instabilidade jurídica.

– Há empresas e até pessoas físicas sendo prejudicadas pela demora nas decisões. Os prazos têm que ser mais curtos e rígidos – observou Alcântara.



Célio Azevedo

Indicações aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos seguem para o Plenário

## Projeto isenta carro nacional do PIS e da Cofins

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em regime de urgência, parecer favorável a projeto de lei que isenta do PIS-Pasep e da Cofins os veículos automotores produzidos no Brasil. O projeto, relatado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), deve ser votado hoje ou, no máximo, amanhã pelo Plenário, e vai garantir redução no preço dos veículos brasileiros e maior competitividade nos que forem destinados a exportação.

Também foi aprovado o projeto de lei que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis novos destinados a taxistas e a deficientes físicos. Esse projeto, que depende de votação suplementar, é terminativo, ou seja, seguirá direto à Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação em Plenário. O relator foi o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

## Bezerra: novas agências regionais são inócuas

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que as novas agências de desenvolvimento do Norte e do Nordeste, que substituem Sudam e Sudene, serão inteiramente inócuas, não terão condições de funcionamento e nem de estimular o crescimento do Norte-Nordeste. Bezerra foi o relator da indicação de um dos membros da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), Samir de Castro Hatem, e deu parecer favorável.

– O governo federal discrimina violentamente o Norte e o Nordeste, não dá a menor importância a essas regiões. A prova maior é que 60% dos incentivos fiscais federais estão concentrados na Região Sudeste, embutidos de vários modos – ressaltou Bezerra.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) criticou o fato de a Bahia não integrar a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

# Instalado o Conselho de Comunicação Social

“Órgão vai contribuir para que a programação dos veículos de comunicação represente o desejo da família e da sociedade brasileiras”, afirma o presidente do Senado, Ramez Tebet

O presidente do Senado Federal, Ramez Tebet, instalou ontem o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Legislativo, com atribuições de realizar estudos, pareceres e recomendações sobre assuntos de caráter nacional relativos à comunicação social. Na avaliação de Tebet, o conselho deverá dotar o Congresso de condições para defender a democracia.

— A instalação do conselho representa um exercício explícito de democracia e o órgão vai contribuir para que a programação dos veículos de comunicação represente o desejo da família e da sociedade brasileiras — disse Tebet, ressaltando o papel da comunicação social em um “momento dramático” da vida nacional, alarmada pelos crescentes índices de violência.

Alguns dos temas sob responsabilidade do conselho são a liberdade de manifestação de pensamen-

to, de criação, de expressão e de informação; a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social; as diversões e espetáculos públicos; a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão; o monopólio ou o oligopólio dos meios de comunicação social e as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação das emissoras de rádio e televisão.

Outros assuntos sobre os quais o conselho poderá ser chamado a se pronunciar pelo Congresso são a promoção da cul-



Ramez Tebet instala o Conselho de Comunicação destacando “exercício explícito de democracia” no momento em que o país enfrenta índices crescentes de violência

tura nacional e regional; o estímulo à produção independente e à regionalização da produção cul-

tural, artística e jornalística; a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de radi-

quanto aos dispositivos constitucionais que se referem à comunicação social.

odifusão; e a defesa da pessoa e da família diante de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem a Constituição.

Ainda é da competência do Conselho de Comunicação Social, estimulado pelo Congresso, posicionar-se sobre a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e votar a legislação complementar

## Santos espera programas de TV adequados à formação dos jovens

A Comissão de Educação, responsável pela análise das matérias relacionadas com a comunicação social, trabalhará em parceria com o Conselho de Comunicação. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), durante a sessão que instalou o conselho. O senador disse esperar que do trabalho do órgão resulte uma programação de televisão mais adequada à formação da juventude brasileira.

— Espero que os programas sejam mais educativos, evitem a violência, especialmente nos horários nobres, sendo, portanto, mais adequados a crianças e adolescentes — destacou Ricardo Santos.

O senador Eduardo Suplicy, em nome do Bloco Oposição, reafirmou a necessidade de que o conselho



Ricardo Santos: Comissão de Educação trabalhará em parceria com o conselho

faça o que dele esperavam os constituintes de 1988.

— O objetivo da Constituição é que o conselho dê ao Congresso subsídios para avaliar o que acontece nas empresas de comunicação do Brasil — observou o líder da oposição.

## Presidente quer garantir interesses da sociedade

As empresas brasileiras de comunicação devem ser apoiadas, mas é preciso garantir os interesses da sociedade, afirmou o advogado José Paulo Cavalcanti, eleito ontem presidente do Conselho de Comunicação Social. O vice-presidente é o empresário Jaime Sirotsky. Para Cavalcanti, o órgão inicia seus trabalhos sem um dos vícios mais comuns em instituições colegiadas.

— Não temos o vício deletério do compadrio entre as elites políticas e os interesses corporativos.

Hoje, às 14h, o Conselho de Comunicação deverá se reunir novamente. Da pauta deve constar o início das discussões de um regimento para o colegiado. Cavalcanti espera nomear um relator para o regimento, que deverá trabalhar durante o recesso parlamentar de julho.



José Paulo Cavalcanti (D), ao lado do vice Jaime Sirotsky, preside o conselho

Segundo a lei que o regulamentou (Lei 8.389/91), o conselho fará reuniões ordinárias com periodicidade estipulada em seu regimento, manifestando-se em forma de pareceres, estudos ou recomendações. O secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, disse, no entanto, ser certo que o órgão se reunirá pelo menos uma vez por mês. O conselho poderá, ainda, ser convocado extraordinariamente pelo seu pre-

sidente, pelo presidente do Senado ou a requerimento de cinco de seus integrantes.

Os membros terão mandato de dois anos, permitida uma recondução, e estabilidade no emprego nesse período. As despesas de instalação e funcionamento do conselho correrão à conta do Orçamento do Senado Federal. Excepcionalmente, os membros eleitos agora terão mandato até 31 de março de 2003.

## Comissão do Mercosul ouve reivindicações de entidades

Em reunião ontem na cidade de Uruguai (RS), os parlamentares integrantes da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) ouviram as reivindicações de 46 entidades representativas de empresários e trabalhadores da região de fronteira do Brasil com Uruguai e Argentina.

De acordo com o senador Roberto Requião (PMDB-PR),

presidente da comissão, foram debatidos problemas relacionados à circulação de mercadorias e serviços entre os países que integram o Mercosul. As entidades, ligadas, em sua maioria, ao setor agropecuário, apresentaram extensa lista de reivindicações, apontando para as dificuldades criadas pelas aduanas do Brasil, Argentina e Uruguai para a livre cir-

culação de maquinário e produtos como carne e grãos.

Parte das barreiras, explicou Requião, são referentes a restrições fitossanitárias contra produtos brasileiros. Sindicatos de trabalhadores também reclamaram da dificuldade de locomoção.

— A grande proposta apresentada na reunião é a da completa liberação das fronteiras entre Bra-

sil, Uruguai e Argentina, dando início, de fato, à implementação do Mercosul — afirmou Requião, salientando que a comissão promoverá audiências públicas para debater os diversos problemas setoriais, com o objetivo de incentivar a abertura dos mercados.

O senador José Fogaça (PPS-RS) também esteve presente à reunião da Comissão do Mercosul.



Requião diz que foram ouvidas 46 entidades representativas de empresários e trabalhadores

## AUDIÊNCIA NA CAE

# Malan: mudança nos fundos protege investidor

A decisão do Banco Central (BC) no último dia 31 de maio, pela qual a contabilidade das operações em carteiras dos títulos públicos federais deve ser feita levando-se em conta todos os fatores de mercado na cotação dos papéis, foi uma iniciativa que teve como objetivo básico evitar prejuízos para os pequenos investidores, disse ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante exposição que fez na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o ministro, a medida somente não foi adotada antes — como previa portaria do Conselho Monetário Nacional datada de 1995 — porque não havia grandes flutuações no mercado nem deságios nos títulos públicos, que vinham operando com liquidez imediata.

Entretanto, a partir das incertezas surgidas no cenário internacional e com as variações atribuídas por agências especializadas ao chamado risco Brasil, fez-se necessária,



Pedro Malan (ao lado do presidente da CAE, Lúcio Alcântara) defendeu a decisão tomada pelo Banco Central em relação aos fundos

para o ministro, uma atitude mais firme do Banco Central na exigência da marcação de mercado.

Ao abordar especificamente esse tema — a forma correta de contabilização dos títulos públicos pelos fundos de investimento e pelas carteiras das instituições bancárias —, o diretor de Normas e Organização do Banco Central,

Sérgio Darcy (que compareceu à audiência representando o presidente do BC, Arminio Fraga, que se encontra em Londres), disse que as modificações promovidas nas regras de marcação de mercado tiveram como objetivo dar mais segurança aos investidores e transparência nas operações de mercado com títulos públicos.

## Para Antonio Carlos Júnior, foi correta a ação do Banco Central

As medidas adotadas pelo Banco Central definindo marcação de mercado com os títulos públicos e avançando no alongamento do perfil da dívida pública mobiliária estão no caminho correto, disse o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), durante interpelação ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, na audi-



Conforme Antonio Carlos Júnior, aplicação de longo prazo não perderá

tar o rendimento quando do resgate do título.

Ao comentar as colocações do senador, o ministro da Fazenda destacou que o mercado passou a oferecer liquidez diária para títulos públicos com vencimento previsto para 2003, 2004 e 2005 e que tal oferta, por conse-

guinte, teria de refletir a realidade de mercado, provocando ganhos e perdas. Ressaltou, contudo, que a marcação de mercado para os títulos somente ganha importância em períodos de turbulência. Passado esse período, o assunto cai no esquecimento, explicou.

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) procurou enfatizar os investimentos feitos pelo governo na modernização do sistema produtivo, nos agronegócios e na área social, destacando sua admiração pelo ministro Pedro Malan e pela forma como é conduzida a atual política econômica. Destacou, ainda, que há hoje no país uma notável participação das empresas na área social, estimulada pelo governo.



## Equipe econômica busca reduzir relação entre dívida pública e PIB

O Brasil tem capacidade de administrar os problemas domésticos. Essa foi a avaliação do ministro Pedro Malan durante a audiência na comissão.

— O risco de um país depende de um conjunto de questões e, em perspectiva, da capacidade de conseguir avançar na resolução de seus problemas. E o país tem demonstrado essa capacidade de lidar com seus problemas domésticos — declarou Malan, reconhecendo que o contexto internacional é delicado.

Segundo o ministro, a equipe econômica trabalha com o objetivo de manter estáveis variáveis macroeco-

nômicas como as de ordem fiscal, monetária e cambial administradas, para que o país caminhe rumo a uma redução da relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), hoje no patamar de 54%.

Nesse sentido, Malan elogiou a ação conjunta dos entes da Federação para conseguirem uma administração responsável dos gastos públicos, que vem permitindo a obtenção dos superávits primários utilizados no abatimento da dívida. Ele também argumentou que o regime de metas inflacionárias é a melhor política que poderia ser adotada no contexto nacional.

## FHC entregará um país melhor, afirma ministro

Na exposição inicial durante a audiência pública, o ministro Pedro Malan disse que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso irá entregar ao seu sucessor um país em condições melhores do que aquelas que recebeu de seu antecessor.

Para justificar sua declaração, Malan ressaltou que os percentuais de custeio e investimento destinados à área social neste governo estão entre os mais altos já observados no país, o que levou à melhoria da qualidade de vida da maioria da população. A afirmação, continuou, pode ser confirmada pela melhora observada em uma série de indicadores, como taxa de analfabetismo, de mortalidade infantil e materna, de crianças matriculadas nas escolas e de atendimento no sistema público de saúde.

— Discordo de quem diz que houve retrocesso nessa área. O governo mostrou que é possível ser responsável fiscal e socialmente. O que não significa dizer que não há muito ainda para ser feito nessa área — disse, observando que o Banco Mundial também atesta os avanços realizados nos últimos anos.

Malan criticou os que avaliam as condições sociais do país apenas pelos indicadores de distribuição de renda. Segundo ele, Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, afirmou que, apesar de a Índia ter um coeficiente de Gini (que mede a distribuição das riquezas) melhor que o da China, as condições de vida e os indicadores sociais da China são melhores que os da Índia.

O ministro também buscou minimizar o efeito das eleições nas turbulências observadas na economia brasileira.

— Devemos considerar com naturalidade o fato de que teremos eleições e de que o eleito irá governar com tranquilidade a partir de janeiro. Espero que a única pesquisa que conte seja a feita em outubro — declarou.

## AUDIÊNCIA NA CAE

# Ministro defende mais liberdade para o BC

No debate com integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, defendeu a imediata aprovação pela Câmara dos Deputados de proposta de emenda à Constituição (PEC), já acolhida pelo Senado, que permite a regulamentação do sistema financeiro nacional por meio de várias leis complementares – e não apenas uma, como determina a Constituição.

O relator da proposta no Senado, Jefferson Péres (PDT-AM), assinalou que a aprovação da matéria abriria caminho para dar autonomia operacional ao Banco Central. Na sua opinião, compartilhada pelo ministro, essa autonomia poderia ser caracterizada como um “fator de estabilidade contra as turbulências” enfrentadas pela economia.

– Sou entusiasta de seu substitutivo aprovado pelo Senado, aprovado em comissão especial e pronto para ir a Plenário na Câmara. Não há panacéias, mas nesse momento seria enorme vantagem dotarmos o Banco Central de liberdade operacional para alcançar objetivos definidos por um governo legitimamente eleito – afirmou Malan.

Jefferson classificou como “precária” a estabilidade da economia e questionou o ministro a respeito da vulnerabilidade externa do Brasil e da crescente dívida pública. Em resposta, Malan observou que, se os próximos governos mantiverem superávits fiscais equivalentes a 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB), a relação entre a dívida e o PIB será declinante e alcança-



Jefferson Péres classificou como “precária” a estabilidade da economia

rá o patamar de 46% em 2010.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) utilizou o exemplo de propaganda eleitoral do PSDB, na qual o partido busca alertar para o risco de o Brasil seguir o atual caminho da Argentina, para perguntar a Malan se o governo não deveria se portar “com maior isenção” em relação às eleições de outubro. Em resposta, o ministro disse que nunca fez comentários sobre o eventual risco e que, se a situação brasileira inspira cuidados, não tem paralelo com a situação de outros países.

A posição de Suplicy foi contestada pelo vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), para quem a comunidade internacional fará análise da situação política nacional independentemente da vontade dos políticos brasileiros. Ele demonstrou preocupação com o que classificou como distância entre o discurso e a prática da oposição, em termos de política econômica.

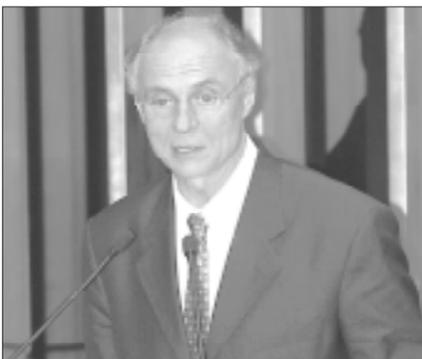
– Se nós temos dificuldade de entender isso aqui no Brasil, imagine lá fora. O que interessa mesmo é a prática – dis-

se o senador Romero Jucá.

Ao comentar a conjuntura desfavorável da economia internacional, citada por Malan em seu pronunciamento inicial na comissão, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) observou que seria prudente para o governo brasileiro adotar “uma certa dose” de protecionismo e de intervencionismo na economia. Para ele, o Estado poderia exercer um papel desenvolvimentista sem afetar o equilíbrio das contas públicas.

Malan respondeu que não existiria “desprotecionismo” com a atual taxa de câmbio do país. Ele recordou que, no passado, muitos empresários tornaram-se sócios da inflação e ganharam muito com a proteção do mercado contra a concorrência estrangeira.

O ministro afirmou ainda que nunca na história do país um governo destinou percentual tão elevado de recursos orçamentários para a área social. Ele sugeriu que, em vez de discutir o nível de gastos públicos, se deveria discutir a qualidade desse gasto, e informou que 70% dos recursos federais destinam-se a gastos com pessoal, benefícios previdenciários e transferências a estados e municípios.



Eduardo Suplicy questionou atitude do governo em relação às eleições de outubro



José Cruz

Lauro Campos critica política econômica do governo e aponta incoerências do sistema capitalista

## Lauro: inflação com reajuste salarial seria menos danosa

Durante a audiência pública com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o senador Lauro Campos (PDT-DF) criticou a política econômica do governo. Ao adotar o Plano Real, segundo o senador, o governo substituiu inflação por fatores não monetários, como o aumento da dívida pública e o arrocho salarial dos trabalhadores.

– Deveria haver uma pergunta clara ao povo: qual a sua preferência, oito anos sem reajuste salarial ou inflação com reajuste? – sugeriu, afirmando que considerava menos prejudicial uma inflação de 84% ao mês com reposição quinzenal, como acontecia no final do governo Sarney.

Em resposta, Malan disse que discorda “radicalmente” da avaliação de Lauro Campos. Para ele, a inflação é o mais injusto e regressivo dos impostos, porque atinge os mais pobres.

– O senador pode receber apelos daqueles que pedem reajus-

tes salariais, mas acho que esse é um erro. Aqueles que não conseguiram entender que a população desejava o fim da inflação cometeram dois erros graves, um político e outro econômico – declarou o ministro.

O senador também apontou falhas e incoerências inerentes ao sistema capitalista, segundo afirmou. Citando estudos do presidente Fernando Henrique Cardoso, Lauro Campos avaliou, por exemplo, que é impossível equilibrar o orçamento e pagar a dívida externa, política implementada pela equipe econômica do governo. Ele também disse desconhecer mecanismos no capitalismo capazes de redistribuir a renda de maneira justa.

– Se está havendo distribuição de renda no Brasil, não é o que acontece no resto do mundo. As 370 pessoas mais ricas têm a mesma renda que 2,8 bilhões de seres humanos mais pobres – afirmou.

## PEC facilita regulamentação do sistema financeiro

**A** proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a regulamentação “fatiada” do artigo que define as bases do sistema financeiro nacional, pronta para ser votada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, foi apresentada em 1997 pelo senador José Serra (PSDB-SP), atual candidato do PSDB às eleições presidenciais.

Aprovada dois anos depois pelo Senado, sob a forma de substitutivo elaborado pelo relator da matéria, Jefferson Péres (PDT-AM), a PEC estabelece que o

sistema financeiro, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país, será regulado “por leis complementares”. A proposta exclui ainda do texto constitucional o limite dos juros reais em 12% ao ano.

O texto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara em outubro de 2000 e foi acolhido em agosto de 2001 por uma comissão especial criada para analisá-lo. Desde então está pronto para ser incluído na pauta da Câmara.

### O que é o “risco Brasil”

Nas últimas semanas o país foi defrontado com uma nova forma de medir o seu desempenho econômico: o chamado “risco Brasil”, que bateu recordes negativos. O “risco país” é um indicador que mede o grau de instabilidade financeira e econômica de cada país. Através de um cálculo numérico, desenvolvido pelo banco norte-americano J. P. Morgan, ele mede o perigo que um país representa para o investidor estrangeiro. Quanto maior o número resultante do cálculo, mais instável é o país para investimentos. Este indicador, que é divulgado por agências de classificação de risco, se concentra nos países emergentes como Brasil, Argentina, Turquia, Rússia e México. Atualmente, Brasil e Argentina são os países latino-americanos com pior cotação no risco país.



# Pedido para ampliar emissão de títulos no exterior passa na CAE

Comissão aceita limite máximo de US\$ 40 bilhões para colocação de papéis do Tesouro Nacional. Projeto será examinado pelo Plenário do Senado em regime de urgência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do líder do PSDB, senador Geraldo Melo (RN), favorável ao pedido do Executivo de ampliar de US\$ 30 bilhões para US\$ 40 bilhões o limite máximo para emissão e colocação de títulos do Tesouro Nacional no mercado internacional. O projeto de resolução que faz parte do parecer da CAE e autoriza a operação segue para votação em Plenário em regime de urgência.

Segundo Geraldo Melo, o Pro-



Geraldo Melo apresentou parecer favorável ao projeto de resolução

grama de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

contribui para que o país tenha um bom conceito no mercado financeiro internacional. Por meio desse programa, observa o relator, o Brasil vem conseguindo obter acesso a recursos disponíveis no exterior em diversos momentos considerados oportunos pelas autoridades econômicas.

Com a provável autorização do Plenário, esta será a quarta ampliação do limite para emissão de títulos desde que o programa foi criado por resolução do Senado, em 1995. Naquela data, o limite era de US\$ 5 bilhões.

Antes da aprovação do parecer, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, sobre os benefícios que a troca de dívida interna por dívida externa – um dos usos possíveis dos recursos obtidos no exterior – pode trazer para a economia. Bier afirmou que o limite ampliado deve ser utilizado com inteligência, aproveitando oportunidades em que as condições de juros e prazos oferecidos no mercado internacional sejam melhores que no mercado doméstico.

## Perdão de dívida da Costa do Marfim vai ao Plenário

Foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) os termos do acordo formulado pelo governo no âmbito do Clube de Paris pelo qual o Brasil concede perdão parcial de 80% da dívida contraída com o país pela República da Costa do Marfim. A matéria, que recebeu parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), será encaminhada ao Plenário em regime de urgência.

Pelo acordo, o Brasil abrirá mão de receber US\$ 22,34 milhões de uma dívida total de US\$ 27,93 milhões contraída por aquele país africano, que se compromete a pagar os restantes US\$ 5,6 milhões em 34 parcelas semestrais escalonadas de 2006 até 2022.

A taxa de juros cobrada no restante a ser pago será equivalente à Libor (taxa do interbancário de Londres), acrescida de 0,75% ao ano, com juros de mora de 1% ao ano, no caso de atraso de pagamento.

Segundo o relator, o perdão parcial da dívida da Costa do Marfim para com o Brasil se justifica por esse país ser muito pobre, com uma renda *per capita* de apenas US\$ 700 e endividamento externo equivalente a 97,8% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Dutra destaca ainda que a Costa



José Eduardo Dutra destaca pobreza do país africano

do Marfim é um país bastante dependente do setor agrícola, tendo nas culturas do cacau, café, algodão e abacaxi sua principal fonte de receitas de exportação. Como os demais países exportadores agrícolas, a Costa do Marfim vem sofrendo agravamento de sua situação econômica, em vista da significativa queda nas cotações internacionais das *commodities*, em particular do cacau, verificada a partir de 1998.

HOSPITAIS

A CAE aprovou também a reno-

vação dos prazos para que o Ministério da Educação contrate operações de crédito externo destinadas à consolidação da infra-estrutura acadêmica das instituições de ensino superior e hospitais universitários, previstos em resoluções do Senado de 2000. O ministério, assim, terá novo prazo, de 540 dias, para concluir as seguintes operações de crédito externo: de US\$ 18,27 milhões com o BankBoston; de 28,75 milhões de euros junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), da Alemanha; e ainda 5,07 milhões de euros com essa mesma instituição alemã. Os projetos aprovados são de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da CAE.



Jonas Pinheiro defende votação de MP que reestrutura carreira de auditor fiscal

## Jonas: auditor fiscal deve ter melhor salário

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apelou aos líderes partidários no Congresso Nacional no sentido de agilizarem a votação da Medida Provisória nº 2.175-29, que reestrutura as carreiras de auditor fiscal da Fazenda, da Previdência Social e do Trabalho.

– É de causar estranheza a alguns e de despertar a impaciência de outros que matéria tão relevante esteja sendo regulada, há quase três anos, por um instrumento tão frágil e tão transitório quanto é uma medida provisória.

Jonas Pinheiro lembrou que o parecer do relator na comissão mista criada para examinar a MP, deputado Roberto Pessoa (PFL-CE), já está pronto para ser votado. Conforme observou, a relatoria procurou corrigir “distorções” existentes no texto original, introduzindo alterações na tabela salarial da carreira para garantir melhoria no vencimento dos servidores novatos e determinando a paridade na remuneração de servidores ativos e inativos.

– A remuneração inicial concedida pela medida provisória configura-se hoje como totalmente incompatível com a importância e a responsabilidade dos cargos.

“MAU EXEMPLO”

Jonas também considerou “equivocada” a disposição do governo de quebrar o princípio da paridade, “uma atitude antidemocrática e que representa um mau exemplo para os cidadãos brasileiros”, já que o benefício estaria previsto na Constituição.

Na opinião do senador, aperfeiçoar o plano de cargos e salários da categoria é de grande importância “no momento em que se torna tão evidente a necessidade de se organizarem as contas públicas para buscar o equilíbrio financeiro do Estado e combater a corrupção sob todas as suas formas”.

## Empréstimos podem beneficiar pescadores e artesãos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de resolução que autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 100 milhões, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Nórdico de Investimento (NIB).

Os recursos vão beneficiar o Programa Multissetorial, que financia projetos de empresas privadas nacionais de mútuo interesse dos países nórdicos e do Brasil. Entre os objetivos do pro-

grama estão os de modernizar o setor produtivo privado nacional e garantir maior utilização da capacidade produtiva do país.

Também recebeu parecer favorável da CAE operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 22,5 milhões entre o governo do Rio Grande do Norte e o Banco Mundial, destinado ao financiamento da segunda etapa do Projeto de Combate à Pobreza Rural. O projeto destina-se a beneficiar grupos de agricultores em regime de economia familiar e pescadores e artesãos que sejam integrantes de organizações comunitárias.



Comissão examina também operação de crédito para financiar empresas de interesse dos países nórdicos e do Brasil

## Álvaro faz diagnóstico da violência e aponta soluções

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) apresentou ontem em Plenário 26 causas da violência que abala o país. Citando o filósofo marxista Antonio Gramsci, o parlamentar afirmou que seu diagnóstico é bastante pessimista, mas que as soluções propostas são otimistas.



Álvaro: situação da segurança representa desafio gigantesco

foi representado pela atual situação da segurança pública no país é gigantesco e exige o ataque às suas causas sociais – pobreza, ignorância, desigualdade na distribuição de renda – e à impunidade, com trabalho preventivo e repressivo.

Entre as 26 causas citadas pelo senador, destacam-se a ruptura moral da polícia decorrente de má remuneração, interferência política e corporativismo nefasto; impunidade, que estimula a criminalidade; precária estrutura das polícias nos estados, perpetuada na falta crônica de verbas para manutenção das atividades; falta de cooperação entre as polícias e delas com o Poder Judiciário; inexistência de programas sociais para crianças e adolescentes; ausência de estrutura do sistema prisional; e inexistência de programas de reintegração e reinserção do delinqüente na sociedade.

Segundo Álvaro Dias, o desa-

multâneo aos problemas sociais que contribuem para gerar criminalidade e à impunidade daqueles que praticam condutas criminosas, creio ser possível mudar o cenário – declarou.

Para o senador, “a falta de vontade dos governantes na implementação de políticas básicas é um dos fatores responsáveis pelo aumento da criminalidade em todas as faixas etárias”. Enquanto as leis não avançam, advertiu, “é preciso haver mais policiais nas ruas, assegurar à sociedade que os bandidos permanecerão na cadeia até o último dia de sua sentença e melhorar a educação dos menores, evitando a delinqüência juvenil”.

## Mauro quer delegacias de polícia funcionando 24 horas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cobrou ontem do governador goiano, Marconi Perillo, o cumprimento de promessas de campanha, que, entre outras medidas na área de segurança, previam o funcionamento das delegacias de polícia nas 24 horas do dia. De acordo com o senador,



Mauro Miranda: governo de Goiás não cumpriu promessa

o funcionamento das delegacias durante a madrugada resume-se ao encaminhamento da população a uma central de flagrantes.

– São meras operações burocráticas, para desalento e aflição da população sujeita a assaltos, roubos, estupro, agressões, assassinatos e outras violações dos seus direitos humanos a qualquer hora do dia e da noite – afirmou.

Mauro disse temer que o des-caso das autoridades com a segurança pública possa reproduzir em outros estados episódios de violência como os registrados no Rio de Janeiro.

investigativa – alertou.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) chamou atenção para a importância da distribuição de renda na diminuição dos índices de violência. “Um país com péssima distribuição de renda, com milhares de crianças abandonadas à fome, ao frio e ao tráfico, e que assiste a tudo de forma acomodada, não pode ter esperança de paz”, advertiu.

Já Lindberg Cury (PFL-DF) apontou o desenvolvimento econômico como principal instrumento para a inclusão social e consequente diminuição da violência.

## Suplicy cobra explicações sobre investigação do PT

Senador apresenta requerimento para que se possa “fiscalizar a forma como a Polícia Federal vem tentando intimidar candidatos de oposição”

Como líder do PT no Senado, Eduardo Suplicy (SP) apresentou ontem requerimento em Plenário para que o ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, explique as razões que levaram a Polícia Federal (PF) a investigar o partido. O senador indaga sobre procedimentos adotados pela PF para a abertura de inquéritos com base em denúncias.

No documento, Suplicy solicita que o ministro justifique por que os procedimentos de investigação e de interceptação telefônica de autoridades da prefeitura de Santo André foram associados a episódios referentes a narcotráfico e ao seqüestro e assassinato do ex-prefeito Celso Daniel, tendo em vista que a investigação da Polícia Civil do estado de São Paulo, que foi acompanhada pela Polícia Fe-

deral, não fez tais associações.

Suplicy esclareceu que a PF iniciou as investigações telefônicas de membros do PT com base em denúncias feitas em telefonema de um indivíduo que se apresentou como ex-prefeito da cidade de Santo André. De acordo com o senador, o município nunca teve prefeito com o nome dado pelo indivíduo.

Para Suplicy, o governo federal está por trás da escuta e do levantamento da suspeita de que haveria um esquema de corrupção dentro da prefeitura de Santo André para arrecadar propina que seria depois repassada ao Partido dos Trabalhadores. Na avaliação do parlamentar, a investigação da PF pode ser caracterizada como uso abusivo de poder, especialmente pelas escutas telefônicas

relacionadas ao prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel, e ao atual prefeito de Santo André (SP), João Avamileno. Para Suplicy, as apurações vêm sendo feitas com total falta de responsabilidade.

– A PF vem realizando trabalhos de apuração de fatos que estão sendo caracterizados por denúncias de pouca credibilidade, pela má-fé, perseguição, espionagem política, em especial em período pré-eleitoral – afirmou o senador, ao condenar tentativas de associar o assassinato de Celso Daniel ao narcotráfico.

Suplicy diz que “as informações solicitadas nesse requerimento são de grande importância para que possamos fiscalizar a forma como a PF vem tentando intimidar candidatos de oposição”.

## Iris: Senado fortalece a democracia

Ao registrar que o Senado Federal está comemorando seus 111 anos de funcionamento na República, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) destacou ontem que a Casa vem cumprindo fielmente o seu papel de representante legítimo dos diversos segmentos da sociedade brasileira e de verdadeiro guardião da democracia do Brasil. Ele também falou sobre a função histórica, política e democrática do Parlamento.

– Sinto que hoje já existe amplo reconhecimento, por parte dos diversos segmentos da sociedade, dos meios de comunicação social e das demais instituições, da importância do papel do Senado Federal no processo de redemocratização do Brasil e de fortalecimento das instituições democráticas – afirmou.

O senador elogiou o papel da TV Senado de levar as informações da Casa para todo o território brasileiro ao transmitir – via antena parabólica, televisão por assinatura ou pela Internet – as sessões do Plenário e as reuniões das comissões permanentes e parlamentares de inquérito. Ele também citou outras formas de integração e cooperação com a comunidade, como as visitas acompanhadas por guia às insta-



Iris Rezende homenageia Senado pelos 111 anos de existência na República

lações da Casa, incluindo o Museu do Senado Federal, que conta com acervo de 400 telas e outras obras de artistas importantes da história brasileira.

Na opinião de Iris, o reconhecimento desse trabalho pode ser constatado pelo prêmio concedido à TV Senado, em abril deste ano, pela Associação Paulista de Críticos de Arte. A emissora foi considerada o melhor veículo de comunicação do ano no Brasil, na categoria utilidade pública. O senador também reconheceu a contribuição dos funcionários da Casa no desenvolvimento dos trabalhos dos parlamentares e prestou homenagem especial ao diretor-geral, Agaciel Maia, e ao secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

Outras iniciativas do Senado registradas por Iris foram a implantação da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), que possibilitará o aperfeiçoamento permanente dos servidores dos legislativos estaduais, municipais, federal e de países amigos, e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que atua no desenvolvimento dos recursos humanos do Senado, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

– Não poderia também deixar de mencionar as iniciativas culturais do Senado, através de apresentações musicais, exposições artísticas, lançamentos de livros e demais eventos, sempre promovendo uma maior integração e harmonia não apenas entre os próprios servidores do Senado Federal, como prestigiando e homenageando a própria população com um conjunto de promoções de alto nível – acrescentou.

### FALECIMENTO

Iris comunicou o falecimento do médico Raul Rassi, em Goiânia, registrando que o médico era um cientista que dedicou sua vida à saúde do povo goiano. Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) associou-se às condolências prestadas à família enlutada e também cumprimentou o Senado pelos 111 anos.

# Tebet quer manter em MS o imposto sobre gás

Ele disse ter garantia da Petrobras de que não será cometida injustiça com o estado, que vem recebendo o ICMS sobre o produto vindo da Bolívia. “Mas já estamos cansados de ver São Paulo atropelar promessas e decisões justas”, acrescentou

O presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), informou ontem ter pedido à Petrobras garantia de que o gás natural extraído da Bolívia e que entra no Brasil através de Mato Grosso do Sul continuará tendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago ao governo do seu estado, e não a São Paulo, como reivindica o governador Geraldo Alckmin. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) apoiou Tebet e disse que a intervenção do presidente do Senado será determinante para que não se cometa injustiça.



Tributo sobre gás natural representa 10% da arrecadação de Mato Grosso do Sul

Tebet explicou que a Petrobras paga R\$ 10 milhões de ICMS pelo gás natural boliviano, que percorre 722 quilômetros em território brasileiro, o que representa cerca de 10% de todo esse imposto arrecadado por Mato Grosso do Sul – o estado arrecada no total R\$ 115 milhões. Tebet disse que usou a tribuna para defender os interesses de Mato Grosso do Sul porque o Senado é a “Casa da Federação”, onde os temas que afetam

os estados devem ser debatidos.

– Vou falar também com o governador de São Paulo, porque este valor, R\$ 10 milhões, para São Paulo é insignificante. Para Mato Grosso do Sul é muito importante, porque é dinheiro que deve ser usado no desenvolvimento sustentável do estado, que tem grande responsabilidade na preservação do Pantanal – disse.

O senador disse que em seu estado, que possui o maior rebanho

bovino do país – com 25 milhões de cabeças – e a terceira maior produção de soja, talvez esteja a maior reserva de minério de ferro do país, mas precisa se industrializar para melhor aproveitar toda essa produção primária.

## MERCOSUL

Tebet acrescentou que o ICMS pago pela Petrobras é sobre o gás que passa por Mato Grosso do Sul e também pelo transporte. Disse ainda que seu estado será a porta de entrada do Mercosul, importante porto fluvial para exportações para a Ásia.

– Eu tive a promessa do presidente da Petrobras de que a injustiça não será cometida, mas já estamos todos cansados de ver isso, o peso político de São Paulo atropelar promessas e decisões justas. É preciso industrializar e desenvolver o interior do Brasil, para descentralizar a população e a riqueza, já que as metrópoles estão saturadas, e a consequência é a violência, os seqüestros, o crime organizado – encerrou.

Juvêncio da Fonseca disse ter certeza de que tanto o governador de São Paulo quanto a Petrobras aceitarão as razões do presidente do Senado.

## Emilia elogia política energética gaúcha

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) defendeu a política energética adotada em seu estado e lembrou a importância da eletricidade para o desenvolvimento. Ela disse que decisões sobre o futuro da estrutura energética do país devem ser debatidas com a sociedade e que o sistema elétrico não pode ficar “susceptível ao humor do mercado”.

Emilia relacionou a participação da União, responsável pela interligação das redes de energia nacionais, com o papel dos estados, que utilizam a capacidade elétrica como ferramentas para proporcionar o desenvolvimento social e econômico. Segundo disse, as atuações do governo federal no Rio Grande do Sul e do governador Antônio Brito (1995/98) foram desastrosas, com prejuízos para empresas públicas e para a própria infra-estrutura do estado.

A senadora salientou que, “após a instalação do governo democrático e popular de Olívio Dutra (PT), em 1999”, o cenário sofreu pro-



Segundo Emilia, governo de Olívio Dutra garantiu energia a todo o Rio Grande do Sul

fundas transformações. Emilia afirmou que a primeira atitude tomada pelo atual governo foi garantir abastecimento elétrico a todo o estado. A senadora enfatizou que a nova política energética do Rio Grande do Sul resultou no estancamento, desde 1999, dos cortes de energia por insuficiência de abastecimento, além do aumento de 46% da capacidade elétrica do estado.

Para Emilia, o fim dos racionamentos é prova do sucesso das

medidas adotadas pelo governo estadual. A senadora pontuou o sucesso da gestão atual em dois outros exemplos. Ela citou a Sulgás, que saltou de um faturamento de R\$ 2 milhões em 98 para cerca de R\$ 400 milhões este ano. Outro exemplo foi a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), que teve aumento de 731% no seu patrimônio líquido.

## COLABORADORES

Segundo Emilia, é fundamental destacar o trabalho e dedicação dos colaboradores que compõem os quadros das empresas e órgãos do setor energético gaúcho. A senadora ressaltou o trabalho de Dilma Vana Rousseff, da Secretaria de Minas e Energia e Comunicações do estado.

– Estamos mudando paradigmas: o cidadão controlando o Estado e não mais o Estado controlando o cidadão – disse.

Emilia também citou medidas bem sucedidas do governo em outras áreas, como telecomunicações, mineração e informática.

## Dívida de produtor de Alagoas pode ser revista, diz Calheiros

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) comunicou ontem ao Plenário que o governo federal enviará, nos próximos dias, missão de especialistas a Alagoas para estudar o problema das dívidas rurais no estado. O anúncio foi feito pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, em audiência da qual participaram também os senadores Heloisa Helena (PT-AL) e Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), além de deputados federais e representantes do governo e de produtores rurais alagoanos.

Calheiros informou que o grupo pediu a Parente a suspensão das execuções judiciais das dívidas agrícolas do estado, por estarem prejudicando seriamente o setor. Apenas no município de Batalha, disse, já ocorreram mais de 400 execuções.

Os parlamentares e produtores rurais alagoanos pediram ainda ao ministro a liberação dos empréstimos para os produtores rurais adimplentes, que já apresentaram propostas e garantias, mas os recursos continuam retidos no Banco do Brasil e Banco do Nordeste.



Calheiros anunciou que missão do governo irá a Alagoas estudar o problema

– Todos nós sabemos que o setor produtivo agropecuário não tem tido a capacidade de enfrentar as distorções na correção das dívidas dos produtores rurais – afirmou o senador.

Calheiros ressaltou que os pequenos e médios agricultores das regiões Norte e Nordeste não tiveram o mesmo tratamento dado aos produtores rurais do Sul e Sudeste, que já conseguiram a repactuação de suas dívidas. Segundo ele, “as regras atuais estão inviabilizando o produtor rural de Alagoas e, especialmente, das regiões mais pobres do país”.



## EMBAIXADOR VISITA PRESIDENTE DO SENADO

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem visita de cortesia do embaixador do Senegal no Brasil, César Coly. Eles conversaram sobre as áreas comuns de interesse dos dois países, manifestando interesse no estreitamento das relações bilaterais.

## Antonio Carlos Júnior cobra audiência na CFC

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) solicitou ontem que a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realize audiência pública para ouvir os envolvidos nas denúncias de irregularidades no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Ele lembrou que em maio fez pronunciamento para cobrar do Senado posição sobre as denúncias.

Certo de que "o escândalo das privatizações" vai ser amplamente explorado nas eleições deste ano, o senador disse que é importante ouvir os depoimentos de Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor do Banco do Brasil e ex-tesoureiro de campanha do PSDB; do presidente do conselho de administração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch; do ministro da Educação, Paulo Renato; e do ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros.

Antonio Carlos Júnior salientou o esforço do presidente da CFC, senador Amir Lando (PMDB-RO), mas apontou que, "pela falta de quórum, a audiência pública não aconteceu até o momento".

## Tebet recebe dirigentes desportivos

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu os presidentes da Associação Brasileira de Estudos ao Combate ao Doping, Alexandre Pagnani, e da União das Federações Esportivas do Estado de São Paulo (Ufeesp), Mauzler Paulinetti. Os dois estavam acompanhados do deputado Neuton Lima (PFL-SP), e entregaram relatório sobre o uso de esteróides anabolizantes no Brasil.

O documento contém pareceres sobre doping e lista sugestões para o problema. Entre as recomendações, está a abertura de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para analisar as substâncias esteróides anabolizantes comercializadas no país. A CPI também apontaria medidas de moralização do desporto nacional.

Eles também entregaram a Tebet manifesto contrário ao projeto de lei que trata da nova Lei do Desporto, em tramitação na Câmara. Segundo a carta, a insatisfação se deve ao fato de o projeto ter sido elaborado sem que as federações ou confederações desportivas do estado de São Paulo tenham sido consultadas.

O material, acompanhado de duas fitas de vídeo, está disponível para consulta a todos os senadores, conforme determinou Ramez Tebet.

# Volta a Plenário projeto que trata das indenizações a vítimas da repressão

Foi rejeitada ontem pela CCJ emenda de Iris Rezende referente aos locais, sob responsabilidade do Estado, onde militantes políticos foram mortos de setembro de 1961 a outubro de 1988

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou emenda apresentada em Plenário pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO) alterando projeto de lei da Câmara que amplia as possibilidades de as vítimas da repressão política solicitarem indenizações ao Estado. A proposta já tinha sido aprovada pela CCJ.

Pelo texto original, têm direito a indenização as pessoas que, por terem participado ou sido acusadas de participação em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de

1988, tenham falecido por causas não-naturais em dependências policiais. A emenda incluía os locais sob tutela ou sob responsabilidade do Estado.

O relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), argumentou que a ampliação seria desnecessária, pois foge do objetivo do projeto. A proposta voltará ao Plenário.

A CCJ aprovou ainda parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável ao projeto que cria seis cargos em comissão e 375 efetivos no quadro de pessoal do Tri-

bunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná). A matéria segue agora para o Plenário.

Também foi aprovado parecer do senador Ademir Andrade (PSB-PA) favorável ao projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui incentivo fiscal para pessoas jurídicas que possuam em seus quadros pelo menos 30% de empregados com idade superior a 40 anos. A matéria será encaminhada para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Osmar Dias, relator, considerou que a modificação proposta fugia do objetivo original do projeto

## Comissão aprova o uso de semi-reboque em motocicleta

Após acordo com o senador Moreira Mendes (PFL-RO) — que tinha apresentado voto em separado sobre a matéria —, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) conseguiu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovasse ontem seu substitutivo a projeto que modifica o Código de Trânsito Brasileiro. A proposta autoriza o uso de semi-reboque acopla-

do a motocicleta ou motoneta. A matéria já tinha sido acolhida na comissão e enviada a Plenário. Incluída na ordem do dia, teve sua discussão adiada e recebeu pedido de reexame pela comissão. O projeto segue em regime de urgência para o Plenário.

A CCJ também aprovou parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável a projeto que

altera a denominação da Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina para Faculdades Federais Integradas de Diamantina. O objetivo é adequar o nome à ampliação da instituição, que oferecerá cursos de Agronomia, Zootecnia e Engenharia Florestal.

Outro parecer de Francelino Pereira, favorável a que o Senado envie voto de aplauso à Rádio Clu-

be Paranaense B2, pelo transcurso do 78º aniversário da emissora, foi aprovado pela CCJ. O autor da proposição, senador Osmar Dias (PDT-PR), afirmou que a emissora é a mais antiga do Paraná e a terceira do Brasil. Como o aniversário transcorre amanhã, também foi aprovado regime de urgência para que a matéria possa ser apreciada hoje em Plenário.

## Foto de Agripino já está na galeria da CCJ

Durante cerimônia de inauguração da fotografia do senador José Agripino (PFL-RN) na galeria de ex-presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o presidente do Senado, Ramez Tebet, destacou que o homenageado presidiu o colegiado com talento, competência, amor cívico e tolerância.

— Aqui as leis são filtradas, examinadas, e a CCJ não é só comissão de constituição e justiça, mas também de cidadania, porque está permanentemente de pé defendendo os interesses da cidadania do país. Esta comissão representa a Federação na luta contra as desigualdades sociais, regionais e econômicas — afirmou.

O atual presidente da comissão, Bernardo Cabral (PFL-AM), disse esperar que "o povo do Rio Grande do Norte tenha ideia do que vale ter um filho do estado como ocupante da presidência da CCJ". Para ele, José Agripino se portou à altura de todos os que ocuparam o cargo. "Que possa o estado, ao ver seu filho hoje homena-

geado, ter a certeza de que não foi em vão que Agripino teve um comportamento exemplar na vida pública que o levou a esta circunstância."

Em nome dos membros da CCJ, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) registrou que Agripino amparou-se nas suas qualidades de homem conciliador, firme e coerente para presidir com competência a comissão.

Ao fazer balanço de sua atua-

ção, José Agripino declarou que, no exercício da presidência, em momento algum procurou medir forças com os demais integrantes do colegiado. Ele disse que utilizou-se de bom senso, determinação e respeito ao Regimento para conseguir imprimir velocidade aos trabalhos da CCJ, que na sua gestão apreciou matérias importantes como a reforma do Judiciário e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.



Cerimônia de inauguração da fotografia de José Agripino na galeria de ex-presidentes da CCJ reuniu o presidente do Senado e membros da comissão

## Embaixador Souza Gomes é homenageado

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), homenageou o diplomata João Carlos Souza Gomes. Quando embaixador do Brasil na Costa Rica, Souza Gomes conseguiu a extradição da advogada Jorgina de Freitas, que havia desviado recursos da Previdência.

— Sendo na Costa Rica a sede da Corte Internacional dos Direitos Humanos e o país não permitindo a extradição de qualquer cidadão sob sua égide, o embaixador teve desempenho até hoje não superado por nenhum outro homem público — afirmou Cabral.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), na homenagem, disse que Souza Gomes deve servir de exemplo para todos os brasileiros que buscam a justiça e a verdade. O senador Osmar Dias (PDT-PR) também congratulou o embaixador Souza Gomes.

# Defesa civil poderá receber recursos da renda de loterias

Dinheiro seria utilizado em caso de desastres climáticos ou ecológicos, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação

Para cobrir despesas em caso de desastres climáticos, a defesa civil poderá ter direito a 2% da renda líquida das loterias numérica e instantânea e a 10,5% da renda líquida dos prognósticos esportivos. A decisão foi tomada pela Comissão de Educação (CE), que aprovou substitutivo da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA). A matéria segue para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo projeto original, todas as importâncias não pagas pela Caixa Econômica Federal aos ganhadores dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos, após transcorrido o prazo legal para o seu recebimento, seriam destinadas integralmente aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos.

Emilia Fernandes, relatora da proposta, entendeu que a premiação não procurada já é destinada, por lei, ao Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior). E propôs como alternativa para o auxílio a vítimas de calamidades porcentagem da



A CE rejeitou proposta que determinava a cassação de outorga para emissoras de rádio em caso de condenação criminal do concessionário

renda líquida dos concursos.

Defendeu também que os recursos deveriam ser entregues a uma entidade, e não diretamente aos municípios, sugerindo a defesa civil como instituição mais adequada.

Na mesma reunião, a comissão rejeitou por unanimidade projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que determinava a cassação da outorga de serviço de radiodifusão nos casos de condenação criminal do concessionário ou permissionário, com sentença transitada em julgado.

## RÁDIOS

A comissão também aprovou decreto legislativo que autoriza o funcionamento de rádios co-

munitárias em Corbélia (PR), Catalão (GO), Tucumã (PA), Água Boa (MT), Novo Horizonte do Norte (MT), Itaúna (MG) e São Lourenço (MG).

Foram aprovados ainda decretos outorgando permissão para exploração de serviço de radiodifusão em frequência modulada à Rádio Serrana, de Dias d'Ávila (BA) e à Rádio Som da Terra, de Alta Floresta (MT). A comissão aprovou ainda decretos outorgando concessão para serviço de radiodifusão em ondas médias à Foz-Lago Comunicadora, de Foz do Iguaçu (PR); à Radiodifusão Novo Mato Grosso, de Juara (MT); e à Rádio Regional Centro Norte, de Lucas do Rio Verde (MT).

# Santos aplaude redução nas taxas dos terrenos de marinha

A anulação, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do reajuste das taxas cobradas aos proprietários dos terrenos de marinha foi aplaudida ontem pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES). O reajuste, determinado pela gerência regional da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) no Espírito Santo, foi anulado pela sede do órgão, em Brasília.

O parlamentar explicou que o aumento nas taxas foi tornado nulo porque os critérios normativos relativos à correção dos valores "não foram adequadamente seguidos pela gerência regional de Vitória". A revisão da "brusca elevação de valores" foi pedida pela bancada capixaba no Senado — composta por Ricardo Santos, Paulo Hartung (PSB) e

Gerson Camata (PMDB) — ao ministro Guilherme Dias, que foi elogiado pelo parlamentar.

Santos enfatizou os diversos projetos de lei apresentados pelos senadores do Espírito Santo "que visam dar um novo arcabouço jurídico ao assunto". Afirmou ainda que os parlamentares capixabas têm-se dedicado "de corpo e alma" à questão, apresentando vários projetos de lei sobre o tema, uma vez que a SPU escolheu Vitória, Vila Velha e Guarapari para implementar o cadastramento piloto dos terrenos de marinha.

— Tais projetos, que guardam complementaridades entre si, visam tornar mais racional e adequada a aplicação da legislação à realidade urbana das cidades litorâneas e ribeirinhas de nosso país, reduzindo a carga de tributos que



Ricardo Santos: revisão foi pedida pela bancada capixaba

incide sobre os proprietários dos terrenos de marinha — afirmou. Segundo disse, a legislação que disciplina o uso desses terrenos é um decreto de 1946, a partir da preamar média de 1831.

O senador citou o projeto de lei que reconhece as escrituras públicas antigas outorgadas a adquirentes de imóveis considerados como terrenos de marinha e seus acrescidos. Também citou o projeto que reduz as taxas cobradas pela SPU dos ocupantes desses terrenos. Santos agradeceu a contribuição do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que tem dado prioridade na tramitação desses projetos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que preside.

# Mozarildo vê "exageros na política ambiental"

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) voltou a criticar, ontem, os "exageros que têm norteado a política ambiental do país", que, segundo ele, se caracteriza por uma hipervalorização da fauna e da flora, em detrimento dos seres humanos e da própria história do Brasil. Como exemplo "dessa mania ecológica", Mozarildo citou a ausência de vultos históricos nas cédulas do real, que trazem animais da fauna brasileira.

De acordo com o senador, essa distorção se funda na postura do governo norte-americano, que coloca suas instituições, "principalmente as que não levam o carimbo do país, para fazer a política do faça o que eu digo e não faça o que eu faço". Com esse tipo de apoio, entende o senador, as organizações não-governamentais tomam conta do tema ao ponto de proibirem a construção de rodovias, a liberação de hidrovias e a abertura de mercados de trabalho no Brasil.

A pauta das atividades ecológicas no país, entende Mozarildo, "é preocupante" pela falta de equilíbrio e de racionalidade. Ele admitiu que muita gente cuida do assunto de maneira apaixonada e sensata, mas observou que outros o fazem de maneira radical, realizando um trabalho que só benefi-



Para Mozarildo, presença de animais nas cédulas do real caracteriza "mania ecológica"

cia os colonizadores modernos.

— Eles não usam as caravelas para pilhar o nosso pau-brasil e nosso ouro. O que eles querem agora é o material da nossa biodiversidade e nossa água — alertou o senador, afirmando que essas intenções são encobertas pela "mania ambientalista".

Mozarildo disse que da forma como a mídia trata o assunto pouca gente tem coragem de abordá-lo de outra forma. Nesse sentido, o senador elogiou recente pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso que, durante a abertura da Conferência Rio +10, destacou que a verdadeira ecologia deve compatibilizar os interesses humanos com a preservação do meio ambiente.

— Essa é que deve ser a postura certa — ressaltou o senador.

# Alcântara resalta 111 anos da Imprensa Oficial paulista

Ao lembrar a passagem dos 111 anos de fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o papel desempenhado pela instituição. A Imprensa Oficial, disse, "tornou-se responsável por um notabilíssimo trabalho de produção cultural, participando da edição dos mais importantes livros publicados no Brasil nos últimos anos".

O senador afirmou que, para garantir qualidade, a Imprensa Oficial de São Paulo montou moderno parque gráfico capaz de imprimir, em poucas horas, o *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, o maior jornal do mundo, com média de 1.300 páginas.

— Montada uma estrutura de produção gráfica de tal capacida-



Lúcio Alcântara: 159 títulos em quatro meses

de, a alguém ocorreu que a mesma poderia ter uma atuação marcante na publicação de livros. Entre essa idéia e a concretização da nova fase de produção editorial da Imprensa Oficial, surgiu a lucidez e o dinamismo inovador de seu presidente, o jornalista

Sérgio Kobayashi — disse.

Segundo Alcântara, só nos primeiros quatro meses deste ano já foram publicados 159 títulos.

Entre os livros editados, destacou a *Coleção Uspiana*, o *Guia de Museus Brasileiros de Imagens Religiosas e Objetos Populares*, além de obras como *O Patrimônio Ambiental do Brasil: Avaliação e Perspectivas*; *Camargo Guarnieri — O Tempo e a Música*; *Lasar Segall: Vida e Obra do Pintor*; *Fukushima por Fukushima*; e *Clássicos da Política*.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Mozarildo Cavalcanti, Maguito Vilela e Benício Sampaio